

MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A - CNPJ 19.296.342/0001-29			
Convênios	Quantidade	Valor em R\$ mil	
Convênios Vigentes	264	161.054	
Vencidos, há menos de 90 dias, COM prestação de contas	1	400	
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na INTERVENIENTE	579	276.616	
Vencidos, há mais de 90 dias, com prestação de contas em análise na MGI	584	732.924	
Julgados reprovados	-	-	
Julgados aprovados ou aprovados com ressalva	82	37.941	
Em Tomada de Contas Especial (seja fase interna ou externa)	7	5.656	
Encerrado	1	1.926	
Prazo para apresentação de prestação de contas final está suspenso, conforme Decreto 47890/20	3	1.110	
Total de Convênios Celebrados	1.521	1.217.627	
(+) Gastos com Fiscalização, Monitoramento e Publicações	182		
(+) Rendimento de aplicação financeira - Repasse aplicado pela Conveniente		832	
(-) Devoluções Recebidas		(49.440)	
(=) Saldo de Convênios em 31/12/2020		1.169.201	

A Companhia realiza regulares notificações às Secretarias Intervenientes, cobrando informações quanto à apresentação de prestação de contas e quanto ao andamento das análises das contas já apresentadas. Notifica, ainda, regularmente os convenientes quanto às prestações de contas em atraso, tomando todas as medidas pertinentes a essas pendências, nos termos da legislação vigente, cumprindo as obrigações previstas no âmbito da governança estabelecida para convênios. Após a Reforma Administrativa, conforme diretrizes da Administração, a Companhia intensificou os contatos com as Secretarias Intervenientes, a fim de alinhar as responsabilidades e as informações de situação de cada convênio, bem como propor soluções conjuntas para agilizar a solução das pendências. Adicionalmente, a Companhia tem focado de forma intensiva nas análises de prestações de contas já entregues à MGI. Buscando segurança jurídica e análise de riscos relativos aos convênios, em junho de 2017, a Companhia contratou um escritório de advocacia para emitir um parecer, esclarecendo sobre as responsabilidades da MGI em relação aos instrumentos de convênios firmados pela Companhia, considerando o regime aplicável, tais como os Decretos e legislação pertinentes; os Termos de Cooperação Técnica entre o Estado de Minas Gerais e a MGI; e os instrumentos firmados com as entidades (municípios, associações etc.) para a realização do objeto dos convênios. Nesse sentido, foi tratado pelos especialistas

CONTROLADORA	31/12/2020	Ajuste	divulgado	CONTROLADORA	31/12/2020	Ajuste	divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	185.319	-	185.319	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.169.201)	19.794
Outros	403.719	-	403.719	Outros	2.568.437	-	2.568.437
Total do ativo	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231	Total do passivo e PL	3.757.432	(1.169.201)	2.588.231

CONTROLADORA	31/12/2019	Ajuste	divulgado	CONTROLADORA	31/12/2019	Ajuste	divulgado
Ativo				Passivo			
Títulos e valores mobiliários	220.358	-	220.358	Obrigações por repasse - convênios	1.188.995	(1.167.441)	21.554
Outros	282.310	-	282.310	Outros	2.379.121	-	2.379.121
Total do ativo	3.568.116	(1.167.441)	2.400.675	Total do passivo e PL	3.568.116	(1.167.441)	2.400.675

As reclassificações efetuadas no Patrimônio Líquido da Companhia não produzem efeitos societários e não afetam a quantidade de ações que o Estado de Minas Gerais e demais acionistas detêm na MGI. As reclassificações foram realizadas para melhor apresentação da estrutura patrimonial da MGI à luz das Normas Contábeis.

22. Contingências não provisionadas

Os valores envolvidos em discussões administrativas e judiciais com risco estimado de perda possível não são objeto de provisão contábil e basicamente são compostas por: a) Processos judiciais: Os principais processos da Companhia com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, está relacionado abaixo, para o qual não há provisão contábil.

• Trata-se de Ação Popular nº 6667027-86.1990.8.13.0024, proposta contra a Companhia em 1990, cujo objeto é a anulação da transferência do controle acionário do Banco Agrimisa S/A à Góes Cohabita Participações Ltda. Em caso de perda, o controle acionário do Banco Agrimisa, atualmente em liquidação extrajudicial, retornaria para a titularidade da Companhia, não havendo efeitos financeiros adversos além daqueles já contabilizados em nossas contas de provisão (vide nota 7.e). O valor atualizado da causa é de R\$56.780, atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas demonstrações financeiras. Não foi efetuada provisão para perda desse saldo visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível. • Trata-se de execução provisória de honorários advocatícios nº 09143260-98.2003.8.13.0024, em 29 de agosto de 2003, proposta nos autos da Ação Popular nº 0024.90.666702-7, ainda pendente de julgamento definitivo. Foi deferido pedido de exclusão dos executados pessoas físicas Rubens de Azevedo Campelo, Luiz Fernando Gusmano Wellisch e Newton Cardoso. Suspensa até o julgamento final dos Recursos Extraordinários. Em caso de perda serão devidos os honorários advocatícios, a serem negociados pela Companhia. O valor atualizado da causa é de R\$10.743 e está atualizado pelo fator de atualização monetário do TJMG até a data dessas demonstrações financeiras. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível. • Refere-se ao processo nº 7344228-80.2005.8.13.0024, proposto contra a Companhia em 24 de maio em 2005, cujo o objeto é a condenação no pagamento do valor atualizado de obrigações assumidas pela Companhia no contrato de compra e venda das ações representativas do controle do Banco Agrimisa S.A. (indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não-reembolsadas pela MGI), além de indenização por perdas e danos decorrentes desse inadimplemento contratual. A decisão judicial de segunda instância afastou a indenização das indenizações trabalhistas pagas pelo Banco e não reembolsadas pela MGI e expressamente determinou a compensação de créditos e débitos entre a MGI e a Góes Cohabita Participações Ltda. A compensação seria entre o valor da condenação atualizada aproximadamente em R\$ 173.321, e os créditos referentes a duas ações de execução contra a Góes - Nº 0761072-14.1995.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 432.056 e Nº 0217879-64.1999.8.13.0024 no valor atualizado aproximadamente em R\$ 29.085. Não foi efetuada provisão para perda desses saldos visto que a Companhia, com base nos seus consultores jurídicos, entende que o risco de perda é considerado possível, e o crédito supera o débito quando da compensação. b) Processos administrativos: • A Companhia é classificada como grande contribuinte pela Receita Federal, com isso, faz parte de empresas que são acompanhadas por monitoramento diferenciado. Em dezembro de 2020, a Auditoria da RFB nos solicitou, através de Termo de Constatação e Solicitação de Providências, a elaboração de retificação das Demonstrações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e das Escriturações Digitais das Contribuições Sociais (EFD Contribuições) do período de janeiro de 2017 a novembro de 2020, com o entendimento de que a Companhia apurou o PIS e COFINS sobre a Receita de Atualização de Direitos de Créditos Autônomos (Nota 17.a), utilizando alíquotas de Receita Financeira (4,65%), porém conforme entendimento do Auditor da RFB, deveria utilizar as alíquotas de contribuições sobre Receita Operacional (9,25%). Solicitou também que aplicasse para os períodos futuros a alíquota de Receita Operacional para a citada Receita. Tal procedimento acarretaria na confissão de dívida tributária estimada em R\$17.000 e aumento da carga tributária. Discutido o assunto internamente, a Companhia concluiu por discordar dos argumentos apresentados pelo Auditor Fiscal decidindo, por meio de sua Assessoria Jurídica, apresentar Manifestação de Inconformidade contestando os argumentos do Auditor Tributário Federal e agora aguarda o seu deferimento. A assessoria jurídica da Companhia entende que o risco de perda é considerado possível.

23. Instrumentos Financeiros

Gerenciamento de risco financeiro - a. Visão geral - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos,

qual a responsabilidade da MGI, os riscos e obrigações pecuniárias ou não a que a Companhia está sujeita no seu papel de gestora desses convênios à luz dessa legislação e governança estabelecida, nos casos de inadimplência previstas, tais como: a) Convênios que estão com a prestação de contas em atraso; b) Convênios que tiveram sua prestação de contas desaprovada; c) Convenientes com débitos/irregularidades perante a administração pública. Caso haja algum risco de perda/penalidade para a MGI, qual seria o impacto e a chance de perda em uma eventual defesa (remoto, possível e provável). Em seu parecer, os especialistas afirmam que: "No tocante às obrigações contratuais assumidas pela MGI, bem como no seu dever de exercer o controle interno dos contratos celebrados, existe a possibilidade de responsabilização dos administradores e empregados da Companhia pela omissão na adoção de medidas de controle interno, em especial no tocante à instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da Instrução Normativa 03/2013 e artigo 158 da Lei 6.404/76. Para tanto, concluímos que: a) A existência de convênios vencidos, por si só, não revela qualquer irregularidade, uma vez que a legislação aplicável prevê prazos para a análise das prestações de contas ou mesmo a adoção de medidas administrativas visando o adimplemento da obrigação. Somente após o esgotamento destes prazos, caso não haja a instauração da Tomada de Contas Especial, é que surgirá a responsabilização pelos atos praticados ou omissões de seus deveres legais; b) Havendo delegação de competências para a fiscalização da execução do convênio, seja durante sua execução ou para a análise da prestação de contas, mediante celebração de Termo de Cooperação Técnica, deve a MGI tomar as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações assumidas pelas Secretarias de Estado; c) Considerando que os recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais se deram na forma de aporte de capital e que a MGI apenas atuou como agente financeira e mandatária do Estado nos convênios celebrados, não possuindo qualquer gestão sobre as políticas públicas estaduais, não há qualquer norma garantindo ao Estado de Minas Gerais a restituição dos valores aportados; d) Não se encontra afastada a possibilidade de responsabilização dos administradores da Companhia pela não adoção das medidas de controle interno e pelo não cumprimento das obrigações e má gestão dos recursos públicos, ficando estes civilmente responsabilizados pelos atos ilegais praticados durante a sua gestão; e) Não existe na lei qualquer previsão quanto à responsabilização pessoal do administrador quando do cumprimento de ordens superiores, em especial se tratando a MGI de mandatária do Estado nos convênios celebrados. Contudo, não nos parece razoável que os administradores que tenham agido conforme as determinações do acionista majoritário possam ser responsabilizados pessoalmente por prejuízos decorrentes destes atos." Para fins de apresentação, os saldos relacionados a essa transação estão apresentados líquidos dos ajustes contábeis nessas demonstrações financeiras, conforme apresentado abaixo:

escritura de emissão das debêntures subordinadas prevê a possibilidade de liquidação mediante dação em pagamento do saldo da carteira, sendo que, em caso de resgate antecipado, a diferença entre o saldo credor da carteira e o saldo devedor das debêntures subordinadas será computado como prêmio pago pela Emissora. Nesse caso, o impacto para a Companhia será meramente contábil, pois não haverá desembolso financeiro. A fim de assegurar a fidedignidade das demonstrações financeiras, a Companhia apura, trimestralmente, o valor justo da carteira, levando em consideração a estimativa de perda ao valor recuperável, a amortização do ajuste a valor justo no reconhecimento inicial e o prêmio previsto no caso de resgate antecipado das debêntures subordinadas. (ii) **Créditos a receber - Góes Cohabita - nota 7.e** - A Companhia mantém registrada provisão para perdas de 100% dos créditos a receber decorrentes de contrato de mútuo celebrado com a Góes Cohabita Participações Ltda. conforme decisão do Conselho de Administração da Companhia em 20 de junho de 2002 em decorrência da execução judicial e da incerteza jurídica de sua realização. (iii) **Outras contas a receber** - As demais contas a receber da Companhia, detalhadas na nota 7, não possuem grau de impacto ou de probabilidade que configurem um risco de crédito relevante. (iv) **Ativos financeiros (notas 5, 6, 7.f e 8)** - Os ativos financeiros da Companhia são compostos por contas correntes, aplicações financeiras constituídas por Certificados de Depósitos Bancários e Fundos de Investimento em Renda Fixa, com liquidez e rentabilidade diárias, e opções flexíveis de venda sobre ações preferenciais de emissão da Cemig. A Companhia avalia os riscos desses ativos como baixos, com base na natureza de cada ativo e no rating das instituições financeiras em que esses ativos são mantidos, conforme descrito abaixo:

Perfil dos Ativos Financeiros - Controladora		Instituição Financeira	Rating Atual	Agência
Ativo	Posição em 31/12/2020	Posição em 31/12/2019		
Caixa MGI	2	2	N/A	N/A
Conta Corrente	126	1	Itaú	Aa1 Moody's
Conta Corrente	-	-	Banco do Brasil	Aa1 Moody's
Aplicação Financeira	12.082	8.942	Banco do Brasil	Aa1 Moody's
Aplicação Financeira	13.079	10.618	Itaú	Aa1 Moody's
Aplicação Financeira	10	11	Caixa Econômica Federal	Aa1 Moody's
Aplicação Financeira	-	1	Mercantil do Brasil	Caal Moody's
Aplicação Financeira	177.945	212.192	Banco Credit Suisse Brasil	(*) N/A
Opções Flexíveis de Venda	25.857	31.469	Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento	(*) N/A
Direitos Creditórios	-	-		
- Empréstimo de ações	1.217.538	1.186.712	Banco de Investimentos Credit Suisse	AAA Fitch
Total	1.446.639	1.449.948		

(* Não foi localizada avaliação de rating do Banco Credit Suisse Brasil e do Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento, porém, o Conglomerado Credit Suisse no Brasil é uma instituição financeira reconhecida e consolidada e possui ótimo Índice de Basileia (17,37% em 30 de junho de 2020).

Destacamos que a Companhia encerrou sua conta na instituição Mercantil do Brasil, de modo que, atualmente, todas as contas correntes e aplicações financeiras da MGI estão em bancos com rating Aa1 pela Agência Moody's. **d. Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco da Companhia de encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações financeiras, que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações dentro do prazo de vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados.

Exercício findo em 31/12/2020	Controladora				
	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Passivo financeiro					
Fornecedores e outras contas a pagar	186	-	-	-	186
Debêntures Subordinadas	-	-	942.078	-	942.078
Debêntures 5ª Emissão	-	62.387	240.760	284.570	587.717
Obrigações por repasse	267	29.062	2.427	-	31.756
Contrato de opções flexíveis	-	21.944	23.926	297.935	139.231
Total	186	222.111	1.183.200	423.801	2.044.773

Exercício findo em 31/12/2019	Controladora				
	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 Anos	> 5 anos	Total
Passivo financeiro					
Fornecedores e outras contas a pagar	253	-	-	-	253
Debêntures Subordinadas	-	-	841.211	-	841.211
Debêntures 5ª Emissão	-	74.151	240.760	332.315	647.226
Obrigações por repasse	267	33.304	11.200	-	44.771
Contrato de opções flexíveis	-	26.500	226.650	164.613	417.763
Total	253	267	1.139.821	496.928	1.951.224

A MGI realiza, periodicamente, análise de liquidez da Companhia, com base nas informações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta suficiência de recursos para cumprimento de obrigações de curto e de longo prazo. O índice de liquidez geral, que mede a capacidade da Companhia para quitar a totalidade de suas obrigações, é de 1,19 na posição de 31 de dezembro de 2020 (1,20 em 31 de dezembro de 2019). Isso significa que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Total, a Companhia possui R\$1,19 no seu Ativo (excluídos os valores de investimentos, imobilizado e intangível). Já o índice de liquidez seca, que mede a capacidade de honrar as obrigações de curto prazo, é de 2,05 em 31 de dezembro de 2020 (1,90 em 31 de dezembro de 2019), o que indica que, a cada R\$1,00 de obrigações registradas no Passivo Circulante, a Companhia possui R\$2,05 no Ativo Circulante (excluídos os imóveis mantidos para a venda). A análise realizada é qualitativa e quantitativa. Em relação aos ativos vinculados a obrigações específicas, o cálculo dos índices de liquidez reflete a correta proporção entre ativo e passivo circulante e não circulante. Os passivos da Companhia mais suscetíveis a riscos de liquidez são as debêntures de 5ª emissão e as opções flexíveis de compra, tendo em vista que a principal receita para cumprimento dessas obrigações são os proventos recebidos da CEMIG, que é uma variável exógena à Companhia, e que o valor de liquidação das opções é atrelado a variáveis de mercado. Em que pese os indicadores de liquidez mostrarem-se satisfatórios até o momento, a Companhia monitora continuamente os riscos de liquidez, em conjunto com os riscos de mercado, para definir a melhor estratégia de mitigação desses riscos a longo prazo. As debêntures subordinadas não apresentam risco de liquidez, uma vez que poderão ser quitadas mediante dação em pagamento da carteira de Direitos de Crédito Autônomos. **c. Risco de mercado** - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia avalia, separadamente, seus riscos relacionados ao mercado de capitais e os riscos relacionados a taxas de juros, os quais serão descritos a seguir. A MGI não possui riscos cambiais, pois nenhuma de suas operações está vinculada com moeda estrangeira. **f. Risco relacionado ao mercado de capitais** - Os riscos de mercado mais relevantes para a Companhia são as variações na cotação das ações preferenciais de emissão da Cemig

("CMIG4"), bem como o *dividend yield* dessas ações, que interferem nos parâmetros das opções flexíveis sobre ações, no Índice de Cobertura da 5ª emissão de debêntures e no retorno obtido sobre a participação acionária. A Companhia apura, trimestralmente, o valor justo das opções de compra e venda e vem monitorando o risco de mercado com base em análise de cenários, de modo que a Administração possa tomar as melhores decisões em relação aos riscos e oportunidades vinculadas a esses instrumentos. **g. Risco relacionado à taxa de juros** - A Companhia adota política de aplicação de 100% de seus recursos em fundos de renda fixa (atrelados a títulos públicos) e CDBs. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Indexador CDI	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras	17.797	11.406
Aplicações financeiras vinculadas	185.319	220.358
Total de direitos creditórios (a)	942.079	841.211
Debêntures	(1.529.795)	(1.488.437)
Saldo líquido de exposição	(384.600)	(415.462)

(a) Os Direitos Creditórios são indexados à taxa SELIC, contudo, dado o histórico de mercado das variações dos CDIs e da taxa SELIC, observa-se que os dois indexadores possuem comportamentos e níveis de taxas significativamente próximos, o que, por sua vez, espera-se que esta relação ainda se confirme para os períodos seguintes. Assim, ao incluir o "Total de direitos creditórios" nesta composição, adotamos o DI como uma variável proxy (termo estatístico utilizado para denominar uma variável que teoricamente substitua outra de forma satisfatória) do indexador Selic. Conforme se infere do saldo líquido de exposição, a Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros representada pelo CDI. Foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração, o cenário de realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3. Desta maneira, o cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco. • Análise de sensibilidade - Taxa de juros. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas DI-PRE divulgada pela B3 em 31 de dezembro de 2020, apurando-se o impacto nas despesas financeiras atreladas à taxa de juros, subtraídas as receitas financeiras atreladas ao mesmo indexador, no período de 1 ano, conforme segue:

Impacto no Saldo Líquido	Risco	Cenário		
		I	II	III
Aumento do CDI		-	1.827	3.654

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (% a.a.) *	1,90	2,38	2,85

* A curva de DI-PRE reflete a expectativa do mercado quanto ao comportamento futuro das taxas DI e tem característica não linear, ou seja, suas variações são de forma não uniforme ao longo do tempo, portanto, os valores indicados do CDI nos cenários indicam a taxa inicial da curva, dada a deterioração dos cenários.

A Administração considera que o risco relativo à taxa de juros vigentes encontra-se em um patamar aceitável e a taxa de juros está bem próxima à projetada pelo Relatório de Mercado Focus divulgado em 08 de janeiro de 2021, no qual a projeção da Selic para 12 meses é de 3,00%. **h. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa** - A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data desse relatório não alteraria o resultado.

i. Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável - A Companhia possui investimentos em Instrumentos Patrimoniais, ações da CEMIG, COPASA e GERDAU, listados na Bolsa de Valores de São Paulo, classificados no nível 1 da hierarquia pelo valor justo. Para os investimentos na Cemig, sob custódia e emprestadas, cada ponto percentual de variação no valor da ação representa uma alteração proporcional de 2,42% do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2020, e para os investimentos na Copasa, a mesma variação alteraria o Patrimônio Líquido em apenas 0,009%.

Instrumentos Patrimoniais	Valor justo em 31/12/2020	Variação de um percentual na cotação		Impacto no PL
		+	-	
Cemig	102.189	674	0,127%	
Copasa	7.609	50	0,009%	
Cemig Emprestadas	1.217.538	12.175	2,291%	
Gerdau	1.453	10	0,002%	

Em relação aos contratos de opções flexíveis sobre ações da Cemig, a alta da cotação é prejudicial à Companhia, pois aumenta as chances de que a MGI pague pelas opções de compra e reduz a possibilidade de recebimento pelas opções de venda. A Companhia avaliou o impacto do aumento da cotação das ações sobre os valores a pagar ou a receber pelos contratos de opções no período de 12 meses, mantendo-se constantes todas as demais variáveis. Foi considerado, como cenário provável, a cotação média da ação nos últimos 10 pregões que antecederam a data-base dessas demonstrações. Para os cenários II e III, considerou-se aumentos de 25% e de 50%, respectivamente, sobre essa cotação média.

Análise de sensibilidade dos valores a pagar e a receber, em 12 meses, relativos aos contratos de opções flexíveis	Cenário (Provável)	Cenário II (Possível I)	Cenário III (Remoto)
		14,56	18,20
Opções de Compra		Aumento (redução) no valor a pagar em 12 meses	
Tranche vencida em 13/01/2021	21.944	8	38.056
Tranche vencida em 13/07/2021	23.926	(1.975)	36.074
Total	45.870	(1.967)	74.130
Opções de Venda		Aumento (redução) no valor a pagar em 12 meses	
Tranche vencida em 13/01/2021	-	-	-
Tranche vencida em 13/07/2021	30	-	-
Total	30	-	-

j. Gestão de capital - O objetivo da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. Os recursos de caixa e equivalentes de caixa são aplicados somente em bancos de primeira linha, em fundos conservadores de liquidez imediata, geralmente atrelados a títulos públicos federais. Na posição de 31 de dezembro de 2020, o capital de terceiros representa 387% do Patrimônio Líquido da Compa-

nia. No período ocorreu alteração significativa em relação à posição consolidada de 31 de dezembro de 2019, quando esse índice era de 441%, devido ao ganho de AVJ nos investimentos em Instrumentos Patrimoniais da Companhia e a queda da Selic reduzindo a despesa com juros da Companhia. Do total de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2020, apenas 7% corresponde a obrigações de curto prazo. Apresentamos, abaixo, a natureza do passivo da Companhia:

